
Biblioteca Pública *versus* Biblioteca Escolar uma Proposta de Mudança

JOSÉ ANTÓNIO CALIXTO

Biblioteca Pública Municipal de Setúbal



biblioteca escolar é hoje um elemento fundamental tanto do sistema educativo como do sistema bibliotecário dos países desenvolvidos. Outros tipos de unidades de informação (bibliotecas públicas, académicas, ou outras), estão ameaçadas no seu funcionamento e na prossecução dos seus objectivos quando não existe ou é muito fraca, como é o caso em Portugal, essa pedra basilar do sistema de informação nacional — as bibliotecas escolares.

Tanto as crianças, desde a mais tenra idade, isto é desde o jardim infantil, como os jovens precisam de desenvolver um conjunto de capacidades de manuseamento da informação que lhes permita viver numa sociedade da informação em mutação permanente, e utilizar eficazmente as diferentes componentes do sistema nacional de informação. É principalmente ao Sistema Educativo que compete propiciar equipamentos e oportunidades para o exercício e desenvolvimento destas capacidades, e isto é indissociável da existência de bibliotecas escolares com espaços, recursos de informação e pessoal, em quantidade e qualidade.

O desenvolvimento das bibliotecas públicas que se vem operando desde 1987 em Portugal veio chamar a atenção para a virtual inexistência das bibliotecas escolares, tornada ainda mais notável pelo lançamento da Reforma do Sistema Educativo.

As relações entre a biblioteca pública e a biblioteca escolar podem situar-se a vários níveis. Num nível muito elementar a biblioteca pública desempenha funções que a aproximam e a fazem correr o risco de se transformar

numa biblioteca escolar. No nível mais elevado há lugar à criação de um Serviço de Biblioteca Escolar, à semelhança do que está generalizado no Reino Unido, e que pode de facto contribuir para um verdadeiro desenvolvimento das bibliotecas escolares no nosso país, num contexto de estreita cooperação com a biblioteca pública.

O papel da biblioteca escolar

A afirmação de que vivemos numa sociedade da informação tornou-se já hoje um lugar comum, particularmente entre os profissionais da informação, os da comunicação social, e, genericamente, em meios com instrução elevada. Como acontece muitas vezes com os lugares comuns, o conceito de sociedade de informação está longe de ser claro, e muito menos consensual, bem como é raro acontecer que da constatação referida sejam tiradas as devidas ilações.

É no entanto inquestionável que, seja em situações do dia a dia, seja no desenvolvimento de actividades profissionais, cada vez mais nos encontramos na posição de necessitar da informação, colocando-se a todos nós o problema de como a obter, seleccionar, manusear, e produzir, uma vez que a sociedade de informação pressupõe a interactividade nas situações comunicacionais.

Na vida do cidadão comum, faz hoje parte do quotidiano, por exemplo, obter números de telefone em listas telefónicas ou horários de transportes, procurar moradas de empresas ou pessoas, ou receitas de culinária, saber a programação da televisão ou orientar-se numa unidade hospitalar, informar-se sobre os cursos que os filhos devem seguir, que saídas profissionais dão, onde funcionam, ou sobre as previsões meteorológicas para escolher entre o campo e a praia no fim-de-semana, ou ainda sobre qual será o melhor local para passar férias.

No trabalho não são menos importantes ou frequentes as situações informacionais, embora aqui haja variações de acordo com a actividade profissional. Os operários precisam de controlar *stocks* e fazem-no hoje através de bases de dados, toda a situação de gestão tem por base uma eficaz capacidade para obter e gerir informação, profissões ligadas à comunicação social, bibliotecários, arquivistas e documentalistas, estão bem no âmbito do sistema de informação de um país. Os professores mais não fazem do que criar situações de comunicação mais ou menos eficazes, conforme os métodos e tecnologias utilizados.

Nestes termos o grande propósito que se coloca a qualquer sistema educativo é o de preparar cidadãos para esta sociedade de informação, tendo também em atenção as grandes mudanças ocorridas nos últimos anos no campo da educação.

O processo de ensino e aprendizagem envolve hoje um conjunto de componentes e relações de que os pedagogos têm vindo a dar-se conta nas últimas décadas¹. Elas poderiam sintetizar-se nos seguintes pontos:

- a escola já não é hoje o principal centro de aprendizagem das crianças e jovens. Os contactos na comunidade em que estão inseridos, a comunicação social, os amigos e a família, são hoje elementos mais importantes que a escola na formação do indivíduo, no desenvolvimento das suas capacidades e atitudes;
- o desenvolvimento da comunicação audiovisual e das novas tecnologias da informação contribuíram decisivamente para a obsolescência de uma pedagogia centrada no professor, que utiliza exclusiva ou principalmente manuais escolares como fonte de conhecimento, ou mesmo que só usa para estes fins a palavra impressa. O espaço e o tempo pedagógicos são também profundamente alterados; a sala de aula passa a ser apenas um entre muitos locais, na escola e fora dela, onde as experiências de aprendizagem têm lugar, o tempo lectivo é igualmente diluído por um sem número de oportunidades em que o aluno, mais ou menos acompanhado, vive situações estimulantes e enriquecedoras;
- há muito tempo já que a preocupação principal de todas as ciências parece ser destruir postulados previamente tidos como certezas. A relativização do conhecimento científico introduz a incerteza no campo da educação e sublinha o valor da pesquisa individual e do desenvolvimento das capacidades de manuseamento da informação. Aprender é cada vez menos memorizar conhecimentos e cada vez mais preparar-se para os saber encontrar, avaliar e utilizar. A capacidade de actualização passa a ser uma ferramenta essencial ao indivíduo se quer sobreviver numa sociedade de verdades relativas e efémeras.

O conjunto de ideias que temos vindo a apresentar apontam claramente no sentido de uma nova pedagogia, bem afastada daquela em que os adultos de hoje fizeram a maior parte dos seus estudos iniciais, e que se caracterizava pela existência de um professor, possuidor da verdade, que ensinava os seus alunos, frequentemente através de uma exposição oral, ou por apontamentos, ou pelo manual escolar. Este professor operava em uma sala

de aula, em tempos lectivos bem definidos. Neste contexto a biblioteca escolar era irrelevante, virtualmente desnecessária. Nos dias de hoje ela é central no processo educativo.

A biblioteca escolar em Portugal

Falar de biblioteca escolar em Portugal é falar de algo que não existe, se quisermos ser rigorosos na utilização do conceito.

Se fizermos uma ronda pelas escolas de todos os níveis de ensino não universitário do país, e se pedirmos para visitar a biblioteca da escola, encontraremos situações extremamente díspares, o que só por si encerra já um esclarecedor significado. Encontraremos em alguns casos aquilo que minimamente caracteriza uma biblioteca, isto é, estantes, livros, mesas e cadeiras, na melhor das hipóteses algum equipamento e documentação audiovisual, os mais afortunados terão mesmo um computador e uma fotocopiadora. Noutros casos (na esmagadora maioria das escolas do Primeiro Ciclo), nem espaço, nem livros, nem nada².

O que não encontraremos é com certeza uma «*colecção organizada de livros e de publicações em série e impressos ou de quaisquer documentos gráficos ou audiovisuais, disponíveis para empréstimo ou consulta*», e ainda menos um «*organismo ou parte de uma organização cujo objectivo principal é organizar colecções, actualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso a documentos que respondam às necessidades dos utilizadores nos aspectos de informação, educação e lazer*»³ (Destacado nosso).

A situação de quase total abandono a que têm sido votadas as bibliotecas escolares tem merecido da nossa parte e de mais alguns técnicos de biblioteca e de muitos professores insistentes chamadas de atenção ao Ministério da Educação⁴.

As características principais da situação actual no que diz respeito às bibliotecas escolares são as seguintes:

- a) inexistência de um estudo científico e sério que caracterize de forma sistemática e generalizada a situação das bibliotecas escolares em Portugal;
- b) inexistência de qualquer legislação que regulamente a criação e funcionamento destes equipamentos;
- c) inexistência de um organismo que no Ministério da Educação seja responsável pela coordenação do sistema das bibliotecas escolares;
- d) insuficiências muito grandes nos equipamentos existentes, em termos de espaço, equipamentos, recursos humanos e de informação. Não há

nos orçamentos das escolas verbas específicas para as bibliotecas, não há pessoal especializado afecto às bibliotecas nem carreiras específicas para bibliotecário escolar ou pessoal auxiliar. A este respeito é particularmente escandalosa a situação dos professores responsáveis pelas bibliotecas que têm apenas duas horas semanais para gerir (?) este equipamento. Entretanto continuam a ser construídas escolas sem um espaço minimamente aceitável para biblioteca e os armários que são enviados para estes espaços são absolutamente desadequados.

- e) inexistência de formação profissional para bibliotecários escolares, de «linhas orientadoras», e de bibliografia em língua portuguesa sobre este assunto.

Perante esta realidade compreende-se a dificuldade dos professores em levar à prática uma pedagogia que se aproxime razoavelmente dos princípios pedagógicos que atrás referimos. Não é possível uma pedagogia da documentação sem bibliotecas escolares, não é possível o desenvolvimento de capacidades de manuseamento da informação se não houver sistemas organizados que propiciem oportunidades para as exercitar, não é possível o desenvolvimento de mentes interrogativas e críticas capazes de intervir democraticamente na sociedade, se continuar a pedagogia autoritária centrada no professor. No limite, mas sem exagero, o que se poderá dizer é que sem biblioteca escolar não há escola moderna nem Reforma do Sistema Educativo.

Contudo, não é só o sistema educativo que é fortemente prejudicado pela ausência de bibliotecas escolares no país. Também o sistema bibliotecário é fortemente penalizado em todos os seus aspectos.

Não nos interessa neste contexto desenvolver os problemas sentidos pelos estudantes em utilizar as bibliotecas universitárias, uma vez chegados ao ensino superior. Breves conversas com professores universitários ou com bibliotecários de bibliotecas universitárias são elucidativas das dificuldades que os estudantes recém chegados às universidades sentem em realizar as mais elementares actividades de pesquisa bibliográfica, e a total ignorância que demonstram em relação a realidades tão comezinhas como são a pesquisa em catálogos informatizados, ou em CD-ROM, ou qualquer tipo de pesquisa *on-line*. Estes estudantes não estão obviamente em condições de tirar total proveito das bibliotecas universitárias, e o prosseguimento dos seus estudos é lento e pouco produtivo.

No âmbito e objectivo deste texto analisaremos com algum pormenor os problemas trazidos às bibliotecas públicas pela inexistência de bibliotecas escolares.

A biblioteca pública e a biblioteca escolar

A Secretaria de Estado da Cultura lançou em 1987 um programa nacional que visava alterar o panorama das bibliotecas públicas portuguesas, que era então muito preocupante para alguns profissionais do sector e genericamente para quem tinha algum contacto com a realidade da biblioteca pública em outros países. Um Manifesto aprovado em 1983 dava-nos já conta desta realidade⁵.

Já um documento preparatório do lançamento do referido programa salientava a importância das bibliotecas escolares na sua relação com as bibliotecas públicas:

A rede de bibliotecas escolares, que funciona mais que precariamente — também por falta de pessoal técnico, de livros e de instalações apropriadas — e que em todos os países é considerada peça muito importante do sistema de ensino, é também fundamental para a preparação dos futuros leitores da BM. Torna-se portanto cada vez mais urgente que, pelas entidades responsáveis, lhe seja prestada a atenção que merece.

E se, como bem se entende, a formação de utilizadores das bibliotecas e da informação em geral só poderá ser eficazmente realizada ao longo dos diferentes graus de ensino, é também ao nível da preparação dos respectivos professores que é preciso intervir prontamente⁶.

Antevia-se desde logo que se as bibliotecas escolares não despertassem nas crianças e jovens o hábito de frequentar as bibliotecas, então as bibliotecas públicas teriam no futuro menos leitores que o desejável. Também era então já percebido a importância da formação de professores para uma pedagogia da documentação.

Neste momento, já mais de 40 bibliotecas públicas abriram as suas portas em outros tantos municípios, e a sua experiência de funcionamento ultrapassa em muito os problemas anunciados em 1986. As dificuldades das bibliotecas públicas não são hoje o de falta de utilizadores motivada pela falta da sua formação nas escolas. O risco que se corre é de as bibliotecas públicas simplesmente se transformarem em bibliotecas escolares devido à ausência destas. De facto, informações que nos chegam de diversas fontes indiciam que crianças e jovens se sentem muitíssimo atraídos pela biblioteca pública, que a vêem como um espaço atraente e desejável, e que tendem a utilizá-la da forma que se lhes afigura mais útil, substituindo os espaços que a escola não lhes oferece. Invadem-na em grandes grupos, mais ou menos barulhentos, por vezes turmas inteiras. Querem utilizá-la para estudar e fazer os seus trabalhos individuais ou em grupo, trazendo os seus próprios materiais de estudo. Por falta de formação têm dificuldade em utilizá-la e encontrar a informação relevante.

Esta situação faz perigar verdadeiramente a biblioteca pública, em relação aos seus fins específicos, virada essencialmente para a comunidade. Não são raros os conflitos já verificados, por exemplo devido ao barulho exagerado que estes grupos fazem na biblioteca, ou simplesmente pela falta de lugar sentado que originam. A sua insistência e os seus pedidos acabam por influenciar as aquisições em favor das obras que lhes interessam, introduzindo distorções nos fundos documentais, que cada vez mais se aproximam dos de uma biblioteca escolar.

Por outro lado, como a biblioteca pública não é realmente uma biblioteca escolar, corre o risco de não agradar aos estudantes, pois o seu funcionamento não foi realmente previsto a pensar nas suas necessidades. Ouve-se com alguma frequência a queixa dos estudantes que a biblioteca pública não tem este ou aquele livro que lhes era importante para determinado estudo. Híbrida, a biblioteca pública queda-se pelo meio caminho e arrisca-se a não agradar a ninguém pela sua indefinição.

Acresce a isto que nem sempre é fácil fazer entender aos eleitos municipais que aquele não é o público que queríamos privilegiar, uma vez que é evidente a sua satisfação por a biblioteca estar cheia.

O que atrás afirmamos não significa que a biblioteca pública não possa e deva servir de *complemento, alargamento e aprofundamento* dos fundos documentais das bibliotecas escolares, permitindo o acesso a outras fontes de informação, servindo de elo de ligação entre as bibliotecas escolares e o sistema bibliotecário nacional e internacional. O que a biblioteca pública não pode nem deve é servir de *substituto* às bibliotecas escolares.

É cada vez mais claro que o futuro das bibliotecas públicas passa pelo desenvolvimento de uma rede de bibliotecas escolares, e que a ausência destas pode fazer perigar seriamente aquelas. Por estas razões o desenvolvimento das bibliotecas escolares é do interesse de todos os bibliotecários das bibliotecas públicas, que, também por isso, se empenham seriamente no seu desenvolvimento, até para que possam satisfatoriamente cumprir os seus próprios objectivos.

Relações entre biblioteca pública e biblioteca escolar

A existência de relações entre a biblioteca pública e a biblioteca escolar não depende da vontade dos bibliotecários, nem dos professores, nem dos políticos. Ela existe, é bem real, e as circunstâncias sociais impõem-na às vontades dos diversos intervenientes. Os seus públicos estão intrinsecamente ligados e é difícil distingui-los, o carácter generalista de ambas apro-

xima-as nos seus fundos, modos de funcionamento e técnicas. É por esta proximidade que é importante sublinhar as suas diferenças, para que possam ambas cumprir os seus objectivos específicos. É também por este motivo que importa reflectir e procurar formas de organizar e rentabilizar estas relações.

O grau de ligação entre biblioteca pública e biblioteca escolar varia de país para país, de região para região, e mesmo de biblioteca para biblioteca. Consideraremos três níveis de relação.

Num nível mínimo, a biblioteca pública assume-se como recurso de informação complementar para a biblioteca escolar, procurando neste caso estimular a sua utilização por parte dos alunos, e mantendo um contacto directo com os professores. As aquisições são feitas tendo em atenção as sugestões dos professores e alunos. A biblioteca pública faz formação de utilizadores direccionada para os estudantes, organizando visitas e pequenos cursos sobre a biblioteca. Outro elemento desta colaboração é o empréstimo colectivo a turmas ou grupos, ou à própria biblioteca escolar, de um conjunto reduzido de obras por um período de tempo limitado. Um programa de cooperação pode também ser estabelecido visando a partilha de actividades de animação. Neste caso estamos a falar de um nível de colaboração que tem em atenção mais a escola no seu conjunto do que a biblioteca escolar propriamente dita, e que pode correr o risco de catalizar os problemas e indefinições que atrás referimos.

Num segundo nível de colaboração, a biblioteca pública desenvolve um programa de apoio às bibliotecas escolares, que pode mesmo incluir a assinatura de um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e algumas escolas.

Este protocolo estabelece as áreas de colaboração e os compromissos assumidos por cada um dos parceiros, genericamente em relação às áreas a afectar à biblioteca, recursos humanos, aquisição de recursos de informação (a Câmara Municipal pode financiar até 50 por cento a aquisição de documentação), regras de funcionamento e procedimentos técnicos, e ainda animação. Esta colaboração pode passar por pormenores como a produção e oferta às bibliotecas escolares de etiquetas autocolantes coloridas seguindo o mesmo esquema cromático da Biblioteca Municipal, a criação e alimentação de um catálogo colectivo, apoio bibliográfico na selecção, e ainda acções de formação contínua dos professores responsáveis pelas bibliotecas escolares.

A definição destas regras é estimulante para as escolas, na medida em que premeia os esforços, dentro do princípio de «ajudar quem se ajuda a si próprio», e evita a dispersão de recursos, que uma distribuição genera-

lizada e indiscriminada de verbas acabaria por acarretar. Por outro lado possibilita uma intervenção orientadora da Biblioteca Municipal, que vela por uma razoável aplicação das verbas, e dá um mínimo de orientações de carácter técnico. Trata-se de uma forma organizada de cooperação, que tem a grande vantagem de estruturar e rentabilizar o esforço acrescido que representa inevitavelmente para a biblioteca pública o apoio dado às bibliotecas escolares.

Um terceiro nível — possível — de colaboração não é ainda uma realidade no nosso país, pois ele significa um forte investimento nas bibliotecas escolares e a institucionalização de um novo serviço a ser prestado pelas bibliotecas públicas. É genericamente seguido no Reino Unido, e traduz-se na existência nas bibliotecas públicas de um SERVIÇO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES, devidamente organizado e financiado. Este será talvez um dos caminhos a seguir em Portugal, se alguma vez quisermos ter realmente bibliotecas nas nossas escolas.

Em termos gerais o Serviço de Bibliotecas Escolares (SBE) terá como fins fornecer um conjunto de serviços e apoio profissional tanto às escolas como aos Serviços de Educação das autarquias.

Os serviços podem incluir o fornecimento de determinadas quantidades de documentação, o empréstimo temporário (mas relativamente prolongado) de documentação escrita, audiovisual, ou informática (em quantidades razoáveis), acesso a informação bibliográfica, bases de dados e tecnologias da informação, apoio em actividades de animação e promoção e também na selecção da documentação a adquirir pelas próprias escolas.

O apoio profissional pode ser muito variado e inclui genericamente actividades de aconselhamento de professores e dos gestores das escolas, sobre o planeamento, a organização e avaliação dos serviços das bibliotecas escolares. Particular ênfase deverá ser dado aos recursos humanos tanto na sua selecção como na formação contínua.

A *Library Association* (britânica) faz recomendações muito claras a este respeito, e somos da opinião que elas devem ser tidas em consideração no desenvolvimento de um efectivo apoio às bibliotecas escolares em Portugal. Estas recomendações, que poderíamos dirigir ao Ministério da Educação e às autarquias locais, vão no sentido da necessidade da criação efectiva deste serviço, na caracterização do seu papel e das suas actividades, na afirmação da necessidade de um bibliotecário apoiado num corpo técnico para desenvolver estes serviços, e ainda no imperativo de um financiamento adequado para os recursos humanos e de informação, «reconhecendo que o Serviço de Bibliotecas Escolares é o meio mais económico de fornecer uma variada gama de materiais de apoio e aconselhamento profissional às escolas»⁷.

Estamos conscientes das diferenças existentes entre o Reino Unido e Portugal no que diz respeito à divisão administrativa e poderes e competências das autarquias locais. Este serviço não é obviamente transponível para o nosso país sem que seja alvo de uma séria reflexão e sem que adaptações de vulto tenham lugar. É, no entanto, um caminho a ter muito em atenção, no seguimento de muitos outros já trilhados pelas bibliotecas públicas portuguesas, inspirados em experiências de outros países.

Propositadamente não abordamos em pormenor a necessidade de o Ministério da Educação lançar mãos à criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, uma vez que centrámos a nossa atenção na relação entre a biblioteca pública e a biblioteca escolar. É, no entanto, assumido que nenhuma das ideias aqui desenvolvidas pode ser eficazmente levada à prática se o Ministério da Educação não entender este como um projecto nacional, de forma idêntica, aliás, à que a Secretaria de Estado da Cultura fez em relação às bibliotecas públicas. Outro aspecto não menos importante a considerar resulta da transferência do Governo para as Autarquias de competências no domínio da educação que ocorrerá inevitavelmente no futuro próximo.

Uma forma possível de desenvolver esta Rede poderia ser de novo uma colaboração entre Poder Central e Poder Local, assumindo aqui as bibliotecas públicas um importante papel dinamizador, fazendo uso das suas capacidades e recursos, e ainda da sua experiência entretanto acumulada.

Conclusão

Desenvolvemos uma argumentação procurando demonstrar que a biblioteca pública e a biblioteca escolar podem ser consideradas como dois subsistemas do sistema nacional de informação. Como tal não podem ser dissociadas uma da outra pois exercem influências recíprocas.

A biblioteca escolar é essencial para a criação de cidadãos portadores de capacidades relacionadas com a informação, críticos, activos e intervenientes numa sociedade democrática. Ela é igualmente instrumento e condição para a Reforma Educativa.

Os entraves que hoje se colocam às bibliotecas escolares — em relação às quais quase tudo está por fazer — estão na origem de alguns dos estrangulamentos mais graves que hoje se colocam às bibliotecas públicas. Estas têm assim todo o interesse em colaborar no desenvolvimento daquelas, pois ao fazê-lo favorecem a criação de utilizadores que delas farão uso ao longo

da vida e libertar-se-ão das pressões que tendem a transformá-las em bibliotecas escolares.

A forma mais sistematizada e produtiva para desenvolver esta colaboração, e que propomos seja seriamente considerada entre nós, é a criação nas bibliotecas públicas, em articulação com o Ministério da Educação, do Serviço de Bibliotecas Escolares.

Notas

¹ Edgar FAURE, (coord.), *Aprender a ser*. 3.^a ed. Lisboa: Bertrand, 1981.

² Ana Maria MAGALHÃES; Isabel ALÇADA, *Os jovens e a leitura nas vésperas do século XXI*. Lisboa: Caminho, 1994.

³ Maria Isabel FARIA; Maria da Graça PERICÃO, *Dicionário do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.

⁴ Henrique Barreto NUNES, *Bibliotecas públicas em Portugal: 1986-1989*. Lisboa: IPL, 1991.

⁵ «A Leitura Pública em Portugal: Manifesto». *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, 1, 1983, p. 11-14.

⁶ Maria José MOURA, (coord.), *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

⁷ Margaret KINNEL, (ed.), *Learning resources in schools: Library Association guidelines for school libraries*. London: Library Association, 1992.